

ASSOCIAÇÃO JÚNIOR ACHIEVEMENT DE GOIÁS

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO JÚNIOR ACHIEVEMENT DE GOIÁS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do superávit/déficit do exercício

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
Associação Júnior Achievement de Goiás
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Júnior Achievement de Goiás (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Associação Júnior Achievement de Goiás em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) - Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação Júnior Achievement, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002) - Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 12 de abril de 2021.



Otaniel Júnior Martins Rosa
Contador CRC GO - 013.972/O-3



Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador CRC MG - 079.276/O-7
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC GO - 002.338/O-8

Associação Junior Achievement de Goiás

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	204.197	101.002
Contas a receber	4	4.399	7.116
Outros Créditos	5	428	9.419
Total do ativo circulante		209.024	117.538
Ativo não circulante			
Investimentos	-	1.816	1.186
Imobilizado líquido	6	16.527	18.742
Total do ativo não circulante		18.343	19.928
Total do ativo		227.367	137.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Associação Junior Achievement de Goiás

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	1.587	14.465
Obrigações sociais e trabalhistas	7	33.692	45.170
Obrigações tributárias	-	1.916	2.127
Contas a pagar	-	-	576
Adiantamentos de parceiros	8	4.686	16.195
Total do passivo circulante		41.881	78.534
Patrimônio social			
Patrimônio social	-	53.133	53.133
Superavit acumulado	-	132.353	5.799
		185.486	58.932
Total do passivo e patrimônio social		227.367	137.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Associação Junior Achievement de Goiás

Demonstração do resultado (superávit/déficit) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida operacional	10	737.057	907.370
Custos	11	(407.307)	(632.113)
Superávit bruto		329.750	275.257
Despesas operacionais			
Administrativas, comerciais e tributárias.	12	(199.108)	(253.180)
Depreciação e amortização	6	(2.215)	(3.031)
Outras receitas e (despesas)	-	-	(11.740)
Total das Despesas operacionais		(201.323)	(267.951)
Superávit operacional		128.427	7.306
Resultado financeiro líquido	-	(1.874)	(1.507)
Superávit líquido do exercício		126.554	5.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Junior Achievement de Goiás
Demonstração do resultado abrangente (superavit/déficit)
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Superávit / (Déficit) líquido do exercício	<u>126.554</u>	<u>5.799</u>
Outros componentes do resultado (superávit/déficit) abrangente	-	-
Total dos resultados superávit / (déficit) abrangentes	<u>126.554</u>	<u>5.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Junior Achievement de Goiás
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.133	-	53.133
Déficit do exercício	-	5.799	5.799
Saldos em 31 de dezembro de 2019	53.133	5.799	58.932
Superávit do exercício	-	126.554	126.554
Saldos em 31 de dezembro de 2020	53.133	132.353	185.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Junior Achievement de Goiás
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) líquido do exercício	126.554	5.799
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.215	3.031
Provisão para perdas nas contas a receber	-	12.420
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes		
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	2.717	(252)
Adiantamentos/Outros Créditos	8.991	234
Decréscimo/ (acréscimo) em passivos		
Fornecedores	(12.878)	368
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.478)	12.581
Obrigações tributárias	(211)	244
Contas a pagar	(576)	576
Adiantamentos de parceiros	(11.509)	16.195
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	103.825	51.196
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Investimentos	(630)	(789)
Aquisição de ativos imobilizados	-	(1.728)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(630)	(2.517)
Aumento /(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	103.195	48.679
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	101.002	52.323
No final do exercício	204.197	101.002
Aumento /(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	103.195	48.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Junior Achievement de Goiás, registrada sob CNPJ 05.534.922/0001-00, com Av. Fued José Sebba, nº 1.193, Qd. A22 Lt. 22E Setor Jardim Goiás Cep: 74.805-100, Goiânia - Goiás é uma associação sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, criada nos Estados Unidos, em 1919. Hoje é a maior organização de educação econômico-prática e de negócios do mundo e beneficia mais de 7 milhões de jovens por ano em parceria com empresas, executivos voluntários, e demais associações. No Brasil, a Junior Achievement está presente desde 1983 e em Goiás, desde dezembro de 2002, já tendo beneficiado no estado mais de cento e setenta mil jovens nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Anápolis, Itumbiara, São Simão, Ipameri e Trindade, entre outros 113 municípios a mais atendidos em 2020.

A Entidade tem se dedicado principalmente aos seguintes programas e projetos:

Programa: Vamos Falar de Ética

Finalidade do Programa: O programa leva às jovens reflexões sobre os benefícios de uma conduta ética em suas vidas pessoal e profissional, contribuindo para a melhor compreensão de seu papel como cidadãos.

Programa: Conectado Com o Amanhã

Finalidade do Programa: O Programa Conectado com o Amanhã possibilita aos alunos um momento de reflexão sobre seu futuro e preparação para o mercado de trabalho, oferecendo perspectivas de carreiras e informações sobre quais são as competências comportamentais desejadas no mercado de trabalho.

Programa: O Futuro do Trabalho

Finalidade do Programa: apresenta aos alunos o impacto da 4ª Revolução Industrial e as carreiras de alto crescimento no futuro do trabalho, como as áreas STEM. Os ajuda a refletir sobre suas habilidades socioemocionais e suas preferências ao escolher uma carreira.

Programa: JA Startup

Finalidade do Programa: Os jovens desenvolvem ideias e criam suas Startups! No programa, aprendem modernos conceitos de empreendedorismo e são apresentados a ferramentas e hacks úteis na criação de modelos de negócios disruptivos. O mindset do Vale do silício dentro da sala de aula.

Programa: Innovation Camp

Finalidade do Programa: Organizados em equipes de até 5 pessoas, os jovens precisam entregar soluções inovadoras para um desafio específico que contará com o apoio e mentoria de voluntários experientes. As soluções e propostas criadas pela equipe serão avaliadas por um júri qualificado (pitch) que irá eleger a equipe vencedora.

Programa: Meu Primeiro Site

Finalidade do Programa: Empoderar e mostrar aos jovens de escola pública a sua capacidade, quais são as qualidades necessárias para enfrentar os desafios do Séc. XXI e que toda e qualquer pessoa pode aprender a programar. Durante as aulas desenvolvem um site cujo mesmo é apresentado no final do programa.

Programa: NEXA – Núcleo de Ex-Achievers

Finalidade do Programa: É um núcleo formado por jovens que participaram dos programas do Ensino Médio da Junior Achievement, e que decidiram continuar em contato com o empreendedorismo. Muitos dos ex-achievers são, hoje, empresários que constituíram seu próprio negócio ou atuam, com sucesso, em grandes empresas.

Todos os programas são aplicados por profissionais voluntários do mercado de trabalho com expertise em áreas diversas.

a) Impactos das medidas para conter a epidemia do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:

A administração da Entidade está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional e andamento dos projetos.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de fluxos de caixa, projetos que planejamos executar durante o ano deverá ser revisada, todavia considerando a imprevisibilidade da evolução da epidemia e seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro e operacional. Entretanto, alguns esforços já vêm sendo praticados no sentido de negociação junto a mantenedores para continuidade das parcerias, além de férias e licenças coletivas no intuito de diminuição dos custos da entidade durante esse período.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de abril de 2021.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, as quais incluem a ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir:

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Apuração do Resultado

Receitas de mantenedores

As receitas de mensalidades são registradas quando recebidas financeiramente, momento coincidente com a competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se relacionarem com suas respectivas despesas.

Receitas, custos e despesas não monetários.

O reconhecimento das receitas, custos e despesas não monetárias (permutas) é realizado no momento da efetiva prestação do serviço ou entrega dos produtos objeto da permuta. As receitas têm suas contrapartidas alocadas como custos ou despesas dependendo da aplicação em projetos ou utilização na operação administrativa e são mensuradas pelo valor justo da contrapartida avaliado pelo permutante, caso fosse cobrada financeiramente.

b. Caixas e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Contas a receber

Representam os valores a receber de mensalidades e são reconhecidos pelo custo histórico dos boletos emitidos, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. Em casos específicos quando há parcelamentos, se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

d. Imobilizado

Registrado pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada/vida útil) são capitalizados.

Os ativos imobilizados são registrados líquidos dos efeitos da depreciação e reduzidos ao seu valor recuperável quando, na avaliação de risco de "impairment", a administração entende que uma provisão é necessária. A depreciação é computada pelo método linear com base na expectativa de vida útil de cada bem.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da Entidade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas e são classificados como ativos e passivos financeiros, respectivamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A Entidade baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Empresa, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

g. Isenção tributária para tributos sobre lucro

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e contribuição social, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal, assim como para as contribuições para PIS e COFINS, o decreto Lei 1.940 de 25 de maio de 1982.

Em atendimento à legislação vigente às entidades sem fins lucrativos que tenham empregados tal como definidos na legislação trabalhista, a Entidade deve contribuir para o PIS com a quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, qual é registrado em despesas administrativas, gerais e tributárias, obedecendo ao regime da

competência.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Abaixo a descrição dos critérios utilizados para a elaboração das principais estimativas:

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração definiu que provisões são constituídas para todo os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b. Demais provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do superávit ou déficit, líquida de qualquer reembolso.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se a saldos em dinheiro mantidos para pequenas despesas além de saldos em contas correntes mantidas pela entidade em instituições financeiras para utilização imediata e em aplicações financeiras de renda fixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	82.323	70.422
Aplicações financeiras	121.874	30.580
	204.197	101.002

Aplicações financeiras

Modalidade	Vencimento	Rendimento Médio a.a.	31/12/2020	31/12/2019
CDB Aplicação auto mais - Renda Fixa	Não há	8%	121.874	30.580
			121.874	30.580

4 CONTAS A RECEBER

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Mensalidades vencidas	21.524	24.241
(-) Provisão para perdas	(17.125)	(17.125)
	4.399	7.116

Idade das contas a receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos		
De 30 dias a 6 meses	4.399	7.116
Mais de 6 meses	17.125	17.125
Total	21.524	24.241

5 OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de Férias	-	8.677
Adiantamento a Fornecedor	-	25
IRRF sobre aplicações financeiras	428	168
Pagamentos em duplicidade	-	549
	428	9.419

6 IMOBILIZADO LÍQUIDO

Descrição	Taxa de depreciação	Imobilizado líquido 31/12/2020	Imobilizado líquido 31/12/2019
Móveis e Utensílios	10%	13.664	14.862
Equipamentos de Informática	20%	2.862	3.880
		16.527	18.742

Movimentação do imobilizado

Descrição	Saldos líquidos em 31/12/2018	Aquisição (a)	Baixa	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2019
Móveis e Utensílios	16.060	-	-	(1.198)	14.862
Equipamentos de Informática	3.985	1.728	-	(1.833)	3.880
	20.044	1.728	-	(3.031)	18.742

Descrição	Saldos líquidos em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Depreciação	Saldos líquidos em 31/12/2020
Móveis e Utensílios	14.862	-	-	(1.198)	13.664
Equipamentos de Informática	3.880	-	-	(1.018)	2.862
	18.742	-	-	(2.215)	16.527

(a) Referem-se à compra de aparelhos celulares para uso nas atividades administrativas.

7 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	10.044	12.471
INSS a pagar	1.966	5.912
FGTS a pagar	1.384	1.627
Encargos e tributos sobre folha a pagar / Provisão de férias	20.297	25.160
	33.692	45.170

8 ADIANTAMENTO DE PARCEIROS

Refere-se a recursos recebidos dos parceiros para aplicação no Projeto Enel, condicionados à sua devolução em caso de não utilização.

A administração prevê aplicação no exercício 2021.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recursos Enel	4.686	-
Recursos Facebook	-	16.195
	4.686	16.195

9 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Durante o curso normal de sua operação a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem principalmente processos tributários, trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Entidade não possuía nenhum processo vigente, seja no polo ativo ou polo passivo de qualquer natureza, onde respondesse por qualquer demanda que pudesse ser caracterizada como um risco e conseqüentemente necessitasse de provisionamento ou divulgação.

10 RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas monetárias (a)	593.742	597.405
Mensalidades de pessoas jurídicas/físicas	529.480	520.223
Projetos	55.292	32.704
Eventos (doações)	8.970	44.478
Receitas não monetárias (b)	143.315	309.965
Serviços de Agencias de Public. e Asses. de Imp.	37.900	86.698
Honorários Contábeis e Auditoria Anual	31.319	30.507
Assessoria Jurídica	26.715	26.715
Aluguel de Imóveis	14.000	14.000
Mídia institucional	11.495	30.325
Serviços de Processos de Seleção e Treinamento	10.765	16.000
Alimentação em Feiras e Eventos	686	34.668
Filmagens	-	9.900
Serviços de Assessoria em Informática	-	7.680
Outros Serviços	-	250
	737.057	907.370

(a) Receitas principalmente de mensalidades recebidas de empresas mediante contribuições mensais. O decréscimo em 2020 é decorrente da redução na contribuição de alguns mantenedores.

(b) Receitas provenientes de parcerias firmadas com empresas apoiadoras da Entidade, as quais oferecem seus serviços e produtos relacionados diretamente com a execução de projetos ou vinculados a parte administrativa, em troca de divulgação ou vinculação da sua marca em materiais e projetos da Entidade.

11 CUSTOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos monetários	320.076	427.715
Pessoal e encargos	175.196	155.747
Serviços de pessoas jurídicas	103.453	137.986
Despesas com eventos	20.170	13.778
Combustíveis e lubrificantes	3.227	5.655
Material didático	3.151	67.758
Viagens e estadias	254	9.684
Donativos e contribuições	-	20.961
Outros	14.624	16.146
Custos não monetários	87.231	204.398
Serviços de Agencias de Public. e Assessoria de Imprensa	37.900	86.698
Serviço de processamento e seleção	26.715	-
Mídia institucional (a)	11.495	30.575
Locação de Espaços para Eventos	10.435	52.722
Alimentação em feira e eventos	686	24.503
Filmagens	-	9.900
	407.307	632.113

(a) Serviço de Segurança e Mídia para divulgação de projetos em veículos de comunicação (televisão e rádio).

12 ADMINISTRATIVAS, COMERCIAIS E TRIBUTÁRIAS.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Monetárias	143.024	147.613
Serviços prestados por pessoa jurídica/física	70.934	62.276
Pessoal e encargos	47.572	80.988
Aluguéis, manutenções	2.685	2.877
Tributárias	1.442	1.434
Manutenção e instalações	810	38
Outros	19.581	-
Não monetárias	56.084	105.567
Honorários contábeis e de auditoria	31.319	30.507
Aluguel de Imóveis	14.000	14.000
Serviços de Processos de Seleção e Treinamento	10.765	16.000
Assessoria jurídica	-	26.715
Alimentação em Feiras e Eventos	-	10.165
Serviços de Assessoria em Informática	-	7.680
Locação de Espaços e Equipamentos para Eventos	-	500
	199.108	253.180

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2020.

Neste período, não foram identificados eventos relevantes a serem divulgados nestas demonstrações financeiras.

* * *